

Relatório do Grupo PPE

Número 11 / Novembro de 2011



Governança económica: a resposta é mais Europa

Gunnar Larsson

Ao longo dos últimos meses, políticos e responsáveis europeus têm tido uma vida difícil com a turbulência nos mercados financeiros e, mais recentemente, as mudanças de governo na Grécia e na Itália. A fim de debater o que é necessário fazer para a Europa sair da crise e voltar a erguer-se, uma sessão plenária do Parlamento recebeu os três pesos pesados da UE: o Presidente da Comissão, José Manuel Barroso, o Presidente do Conselho, Herman Van Rompuy, e o Presidente do Eurogrupo, Jean-Claude Juncker.

A abrir o debate, o Presidente Barroso pintou um quadro negro do estado da economia europeia. "A recuperação económica chegou a um impasse. Desde as nossas últimas previsões de Maio, as condições económicas agravaram-se. O investimento e o consumo estagnaram e estão a ser penalizados por uma falta de confiança persistente. As previsões de crescimento são baixas e o desemprego parece determinado a manter-se nos 10% durante os próximos dois anos, o que significa 23 milhões de pessoas em toda a União Europeia: uma situação terrível", declarou.

Herman Van Rompuy deu conta das medidas já tomadas no sentido de reforçar a governança económica na UE: foram instituídas autoridades de supervisão do sector financeiro a par do Comité Europeu do Risco Sistémico, reformou-se o Pacto de Estabilidade e Crescimento e criou-se o Fundo Europeu de Estabilidade Financeira (FEEF) para amparar bancos e economias soberanas em dificuldades. Quanto ao futuro, previu alterações aos Tratados, nomeadamente o recurso a instrumentos como o reforço da cooperação. E afirmou: "Percorremos um longo caminho desde a caixa de ferramentas vazia, e agora desacreditada, que descobri quando assumi funções."

Relembrando aos três Presidentes o que há anos tem vindo a dizer, o Presidente do Grupo PPE Joseph Daul declarou: "A solução para os nossos problemas não é menos, mas mais Europa. A Europa é a solução." Defendeu o euro, num momento em que mais países aguardam a adesão à moeda, e apelou à utilização alargada do método comunitário no processo decisório.

Vendas a descoberto: novas regras duras da UE para ajudar a estabilizar os mercados

Thomas Bickl

A União Europeia tenciona conter transacções financeiras altamente especulativas e, nesse sentido, o Parlamento Europeu aprovou, esta semana, um novo regulamento relativo às vendas a descoberto de obrigações do Estado e *swaps* de risco de incumprimento (*credit-default swaps* - CDS). "O Parlamento debateu-se com êxito pela aplicação de condições extremamente restritivas às vendas a descoberto para pôr fim a uma especulação destrutiva. As novas regras de transparência contribuirão para estabilizar os mercados financeiros", afirmou Markus Ferber (D), negociador chefe do Grupo PPE para o regulamento relativo às vendas a descoberto e aos *swaps* de risco de incumprimento.

As vendas a descoberto de *swaps* de risco de incumprimento sem garantia de detenção dos activos sobre obrigações do Estado serão sujeitas aos mais rigorosos critérios. Só será possível aplicar isenções quando a liquidez no mercado de obrigações do Estado se encontrar comprometida. A aplicação dessas isenções terá de ser aprovada pela autoridade europeia de supervisão, ESMA. "Isto significa uma proibição efectiva das vendas a descoberto de CDS sem garantia de detenção dos activos sobre obrigações do Estado", declarou Markus Ferber.

É certo que os *swaps* de risco de incumprimento podem ser utilizados como protecção contra o incumprimento das obrigações do Estado, mas, por outro lado, também podem servir para especular sobre o valor das obrigações do Estado. Com os CDS sem garantia de detenção dos activos, os participantes no mercado não têm os instrumentos financeiros em sua posse, apenas os pediram em empréstimo. Por isso, faz sentido que os CDS sobre obrigações do Estado se destinem aos investidores que, na realidade, tenham as respectivas obrigações do Estado na sua carteira de investimentos. "Tudo o resto é pura especulação do mercado com efeitos que podem ser incalculáveis, como no caso da Grécia, e deve, por isso, ser restringido. Precisamos destas novas normas regulamentares para combater a crise da dívida soberana na zona euro", realçou o deputado do Grupo PPE.

Após a aprovação formal do Conselho e a publicação no Jornal Oficial, as novas regras da UE podem entrar em vigor antes do fim do ano. Até lá, cada país tem regras diferentes, ou mesmo nenhuma, sobre as vendas a descoberto.

Prémio Lux: «As neves do Kilimanjaro» vence Prémio de Cinema 2011

Stella Mancini

O filme vencedor do Prémio Lux deste ano, "As neves do Kilimanjaro", conta a história de um casal que é vítima de um violento assalto, em que lhes roubam as poupanças da mulher para a muito ansiada viagem ao Kilimanjaro. A dor da perda material torna-se maior quando ficam a saber a verdade sobre o agressor.

"O realizador Robert Guédiguian mostra de uma forma dramática a importância para a sociedade de valores como a solidariedade e a moralidade e como estes valores estão acima de qualquer bem material. A crise económica e financeira enfraquece especialmente a solidariedade entre as pessoas. É por isso que é preciso haver uma ligação e compreensão entre as pessoas que vivem lado a lado", explicou a Presidente da Comissão da Cultura do Parlamento Europeu, Doris Pack (D).

No Festival de Cinema Internacional de Karlovy Vary, na República Checa, foram anunciados os dez filmes que competiram pelo Prémio de Cinema Lux. Além do vencedor, os outros filmes finalistas foram a produção grega "Attenberg" e a co-produção sueca, francesa e dinamarquesa "Play".

"A diversidade destes filmes reflecte a diversidade das culturas europeias. A Europa tem uma alma própria, ancorada na sua cultura e que se dá a conhecer através do cinema. Temos o dever de apoiar o futuro do cinema europeu e de promover, assim, o desenvolvimento de uma identidade europeia", declarou Doris Pack.

Para esta deputada da CDU, é especialmente importante não só reflectir a diversidade cultural e linguística da Europa na Lei, mas também experimentá-la através de iniciativas como o Prémio de Cinema Lux.

O prémio consiste na legendagem do filme vencedor nas 23 línguas oficiais da União Europeia, incluindo a adaptação para pessoas com deficiência auditiva ou visual. Além disso, disponibiliza apoio financeiro para a produção de uma cópia de 35 mm ou em formato digital para cada país da União.

Em prol da renovação europeia: Programa de trabalho da Comissão para 2012

Miklós Panyi

O Presidente da Comissão Europeia, José Manuel Barroso, apresentou o programa de trabalho da Comissão para 2012 numa sessão plenária deste mês em Estrasburgo. O programa "Concretizar a renovação europeia" expõe medidas sobre como a União irá responder aos actuais desafios e enfrentar a crise económica. As grandes prioridades do programa são, nomeadamente, a reforma do sector financeiro e do mercado único com o objectivo comum de favorecer a criação de emprego. Outros objectivos do programa centram-se no prosseguimento da construção de uma economia sustentável, o que deverá incluir medidas em matéria de pensões de reforma, emissões dos veículos e abastecimento de água.

József Szájer (HU), Vice-Presidente do Grupo PPE responsável pelos trabalhos legislativos, congratulou-se com o programa e comentou as suas propostas. Destacou que o programa legislativo deveria concentrar-se na recuperação da crise, na criação de emprego e no estímulo da economia. Sublinhou igualmente que o Parlamento e a Comissão deveriam ser actores fundamentais para a consecução dos objectivos, enquanto as medidas do programa devem ser também suficientemente eficazes para dar o seu contributo.

Segundo József Szájer, impõe-se uma aceleração significativa dos processos legislativos da Comissão, em especial no domínio da criação de emprego. Assegurou à Comissão o apoio do Grupo PPE ao programa, mas salientou que o PE deveria ter mais influência no decurso dos processos. Por último, solicitou à Comissão que melhore a aplicação prática dos processos.

A votação do programa de trabalho no Parlamento Europeu terá lugar durante a sessão plenária de Dezembro, após debates aprofundados nas comissões parlamentares.

Cinema: o futuro do cinema europeu numa era de tecnologia moderna

Katarzyna Klaus

O relatório sobre o cinema europeu na era digital, de Piotr Borys (PO), é o primeiro relatório do Parlamento Europeu desde 2002 relacionado com a indústria cinematográfica e o primeiro apelo claro a uma transição rápida para as tecnologias digitais nas salas de cinema da União Europeia. O relatório destaca desafios como a necessidade de responder às exigências da tecnologia moderna e a premência da transição para sistemas de projecção digital. Por um lado, a digitalização criará um mercado mais competitivo para o cinema a nível global e, por outro, facilitará o acesso dos cidadãos da Europa aos filmes europeus.

"Importa lembrar que o investimento na cultura e no cinema produz resultados tangíveis e multigeracionais a longo prazo em termos de construção da identidade europeia, promoção do diálogo e apoio da diversidade cultural e linguística. A digitalização não só aumenta o potencial económico da indústria cinematográfica como também facultará a cada Europeu o acesso rápido a filmes de boa qualidade", declarou Piotr Borys.

Existem cerca de 30 000 salas de cinema na União Europeia. Actualmente, estima-se que o custo de equipar as salas de cinema com projectores digitais seja de 100 000 euros por sala. É um custo elevado que pode afectar especialmente os cinemas pequenos, sobretudo em zonas menos desenvolvidas. Por conseguinte, o relatório também realça a necessidade de prever uma maior contribuição financeira destinada a evitar o encerramento de salas de cinema.

"O potencial do cinema europeu é enorme e não podemos poupar esforços para a sua promoção. Exorto vivamente à inclusão de filmes europeus nos calendários de exibição e à organização de eventos especiais e festivais de cinema", concluiu Piotr Borys.

Jogos em linha: uma abordagem europeia inteligente para melhor proteger os cidadãos

Marion Jeanne

O relatório sobre jogos em linha no mercado único foi aprovado por uma ampla maioria de deputados na sessão plenária desta semana. Tem por objectivo reforçar a cooperação entre autoridades nacionais num sector que é, por definição, transfronteiriço e está a desenvolver-se muito rapidamente. O relatório é a resposta do Parlamento Europeu ao Livro Verde da Comissão Europeia sobre jogos em linha no mercado interno.

Ao votar expressivamente a favor deste relatório, os deputados ao Parlamento Europeu assumiram uma posição forte a favor de uma abertura controlada do mercado de jogos em linha. "Embora salientando que esta decisão continua a pertencer aos Estados-Membros, o Parlamento Europeu cita o modelo francês como exemplo", afirmou Damien Abad (F), porta-voz do Grupo PPE sobre o relatório, congratulando-se com o resultado.

"Apelamos a que um modelo de licenciamento nacional seja a regra se os Estados-Membros decidirem abrir os seus mercados à concorrência", explicou Damien Abad. "Destaquei questões relacionadas com a integridade do desporto, para evitar fraudes e viciação de resultados, problemas que têm aumentado exponencialmente desde a emergência dos jogos em linha no início do ano de 2000. Basta ver o que aconteceu este Verão com as ligas de futebol grega e turca para se perceber a dimensão deste problema", sublinhou Damien Abad.

"O Parlamento Europeu subscreveu a implantação de um sistema de concessão de licenças como o que existe hoje em França. Esses "direitos de propriedade" podem ser utilizados para financiar a luta contra a fraude desportiva, em particular a viciação de resultados", explicou Damien Abad. Os deputados parlamentares também apelaram ao reforço da cooperação entre as autoridades reguladoras nacionais. "Uma autoridade reguladora forte e independente em cada Estado-Membro, dotada das necessárias competências para punir infracções da lei e tomar medidas contra operadores ilegais, agindo dentro e fora do território da União Europeia, é essencial para melhor proteger os cidadãos", concluiu Damien Abad.

Mercado ferroviário: normas comuns e boa coordenação precisam-se

Stella Mancini

"A liberalização do mercado ferroviário é necessária se o sector quiser manter-se competitivo", declararam Werner Kuhn (D), Vice-Coordenador da Comissão dos Transportes do Parlamento Europeu e relator sombra para a revisão do primeiro pacote ferroviário, e Dieter-Lebrecht Koch (D), Vice-Presidente da Comissão dos Transportes. O Parlamento Europeu, esta semana, aprovou por ampla maioria a revisão da actual legislação para um espaço ferroviário europeu único, em primeira leitura.

Os deputados ao Parlamento Europeu reivindicaram com sucesso uma exigência capital. "Para a abertura bem-sucedida do mercado ferroviário, precisamos de autoridade reguladoras nacionais fortes e independentes. No entanto, como nem todos os Estados-Membros dispõem de uma entidade nesses moldes, como a German Federal Network Agency, todos os Estados-Membros da União deveriam instituir primeiro uma entidade dessa natureza."

Além disso, segundo os deputados do Parlamento, impõe-se uma estreita colaboração em rede entre as entidades reguladoras: "Para o bom funcionamento do mercado ferroviário, é absolutamente necessária a coordenação da atribuição de itinerários. Subsequentemente, uma entidade reguladora europeia deveria assumir a função de supervisão para coordenar e desempenhar o papel de árbitro, em especial em situações de dúvida." Segundo Kuhn e Koch, isto não quer dizer que se tenha obrigatoriamente de criar uma nova agência: "A actual Agência Ferroviária Europeia, por exemplo, podia assumir esta missão. Há que definir claramente as suas competências."

As consultas sobre o assunto da separação entre o gestor da infra-estrutura e as operações foram adiadas para o próximo ano, com o acordo dos deputados: "O Parlamento Europeu insta a Comissão Europeia a propor um texto legislativo sobre um modelo de infra-estrutura até finais de 2012. Temos agora a oportunidade de avançar com outras missões importantes, tais como a criação de uma autoridade reguladora forte e independente, a introdução de regras transparentes para o cálculo das tarifas de acesso à infra-estrutura e a harmonização técnica", concluíram os deputados.